

## Morador de rua pode ser incluído no Projovem

Aprovada em decisão terminativa pela CDH, proposta deverá ser enviada diretamente para análise dos deputados. **8**

Gerardo Magela/Senado Federal



Paulo Alberto Soares apresenta prioridades à CRE, presidida por Fernando Collor (D): preocupação com o meio ambiente

## Aprovado na CRE nome para embaixada na Indonésia

Paulo Alberto da Silveira Soares quer priorizar cooperação na área de energias renováveis. **6**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.459 – Brasília, sexta-feira, 3 de junho de 2011



J. Freitas/Senado Federal

Paulo Paim e Ana Rita, presidente e vice da CDH: proteção à terceira idade

## Hospitais podem ser obrigados a notificar agressões a idosos

Casos suspeitos ou confirmados de violência contra as pessoas idosas devem ser obrigatoriamente informados pe-

los hospitais públicos e privados às autoridades sanitárias e policiais, prevê projeto aprovado pela CDH ontem. **5**

## Ganha força o debate sobre novas regras para MPs

Após sessão em que duas medidas provisórias perderam a validade, líderes defendem mudanças, mas ainda falta acordo

**A**derrubada de duas medidas provisórias na sessão de quarta-feira fortaleceu, entre os principais líderes do Senado, a discussão em torno da proposta que altera as regras de tramitação das MPs.

Existe consenso de que o Senado precisa de mais tempo para discutir as matérias antes de votá-las, mas há discordância sobre a criação de uma comissão permanente para julgar a admissibilidade das medidas. **3**

## CI vai sabatar indicado para presidência da Anac na quinta

Marcelo Pacheco dos Guarany's foi indicado para ocupar a vaga de diretor-presidente, aberta pelo fim do mandato de Solange Vieira. **6**



A senadora Lúcia Vânia coordenou a discussão do relatório favorável à indicação de Guarany's para a Agência Nacional de Aviação Civil. Senadores não colocaram restrições ao executivo

Felipe Barro/Senado Federal

Revista íntima de mulheres pode acabar **5**

Senadores elogiam combate à miséria **2**



Ana Volpé/Senado Federal

## O desafio de produzir mais e preservar o meio ambiente

Subcomissão da CRE de acompanhamento da Rio+20 promove debate com especialistas sobre aumento sustentável da produção de alimentos. **5**

Werner Fuchs, Sílvio Porto, Cristovam Buarque, André Nassar e ministro Milton Rondó Filho na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas

Projeto do governo federal pretende cumprir um dos principais compromissos de campanha de Dilma Rousseff: erradicar a pobreza extrema no país

# Sarney vai a lançamento de plano contra miséria

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, e diversos senadores da base do governo participaram, ontem, no Palácio do Planalto, da cerimônia de lançamento do Plano de Superação da Extrema Pobreza – Brasil sem Miséria, que tem como objetivo socorrer 16 milhões de pessoas até 2014, um dos principais compromissos de campanha da presidente Dilma Rousseff.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, detalhou o plano, que pretende elevar a renda familiar *per capita* das famílias que atualmente ganham até R\$ 70 por mês e ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e às oportunidades geradas por políticas e projetos públicos.



José Sarney, entre a presidente Dilma Rousseff e o ministro Antonio Palocci, no lançamento do plano: meta é retirar da situação de extrema pobreza 16 milhões de pessoas até 2014

Jane Araújo/Senado Federal



Wellington: desafio está na inclusão social da população mais vulnerável

## Para Wellington Dias, programa impede exclusão

O senador Wellington Dias (PT-PI) comemorou o lançamento do Brasil sem Miséria, ontem, pela presidente Dilma Rousseff. O programa é direcionado a famílias com renda de até R\$ 70 por integrante. O objetivo é retirar da extrema pobreza mais de 16 milhões de pessoas.

– No Brasil, essas pessoas estão divididas entre as cinco regiões, mas 59% dos que estão na linha de extrema pobreza pertencem à minha região, o Nordeste. São 9,6 milhões de nordestinos, entre eles muitos piauienses – disse o parlamentar.

Para o senador, boa parte do desafio de acabar com a miséria está em impedir a exclusão e a vulnerabilidade a que parte da população é submetida.

– O plano é constituído de três eixos: garantia de renda, inclusão social ou inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos – informou.

## Marta garante que iniciativa vai "mudar o Brasil"

Marta Suplicy (PT-SP) disse ontem que ficou "impactada" com o lançamento do programa, que, para ela, vai mudar o Brasil de forma mais aprofundada, pois é destinado à camada mais pobre e totalmente desamparada da população, que chega a 16 milhões de pessoas. Segundo Marta Suplicy, o programa terá ações articuladas.

– Vai ser realmente dar a vara para a pessoa aprender a pescar. Eu fiquei muito animada. O que é interessante é que as famílias vão ser buscadas, vai ser ativo, a pessoas vão ser localizadas. Acredito que esse programa vai ser um marco aqui no Brasil e vai ser copiado em muitos países – afirmou.

A senadora destacou ainda a importância dos prefeitos e governadores, uma vez que o governo será responsável pela localização e cadastramento das pessoas.



Para Marta, plano é diferente porque vai em busca dos necessitados



Wilson Santiago diz que Nordeste concentra a maior taxa de pobreza

## Santiago: medida pretende atender 16,2 mi de pessoas

Wilson Santiago (PMDB-PB) registrou em discurso o lançamento do plano Brasil sem Miséria, de combate à pobreza extrema no país, cuja meta é melhorar a vida de 16,2 milhões de pessoas.

O senador explicou que a iniciativa pretende incluir, de forma integrada, as famílias extremamente pobres nos diversos programas governamentais, de acordo com as suas necessidades.

Observou também que, dos 16,2 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, 59% estão na região Nordeste; 40% têm até 14 anos de idade; e 47% vivem na zona rural.

Santiago acrescentou que, a fim de estimular a permanência dessa população em sua área de origem, haverá incentivos ao aumento da produção, com assistência técnica e apoio à comercialização.

## Eunício lembra que pobreza no campo também é enorme

Eunício Oliveira (PMDB-CE) enalteceu ontem o programa Brasil sem Miséria, destacando entre as suas várias iniciativas o lançamento da Bolsa Verde, que dará R\$ 2,4 mil para famílias de agricultores tornarem suas terras produtivas. O senador informou que 7,5 milhões dos 30 milhões de brasileiros que vivem em área rural estão em situação de miséria absoluta.

O parlamentar elogiou o Programa de Inclusão Produtiva Rural, que distribui sementes e mudas, repassa tecnologia e financia a produção e lembrou ainda os investimentos federais em saneamento básico.



Eunício diz que 7,5 milhões na área rural vivem em miséria absoluta



Segundo Davim, projeto contribuirá para a construção da cidadania

## Davim se diz "absolutamente empolgado"

Paulo Davim (PV-RN) ficou "absolutamente empolgado" com a dimensão do programa lançado ontem pela presidente Dilma Rousseff e disse que a iniciativa contribuirá para a construção da cidadania e para a melhoria da vida de 16 milhões de pessoas.

O senador ressaltou que o programa contempla quatro eixos: aumento da capacidade e de oportunidades; renda; inclusão produtiva urbana e rural; e acesso aos serviços públicos. Ele destacou que o Brasil sem Miséria prevê a oferta de água de qualidade para 750 mil famílias.

## Suplicy destaca ampliação do Bolsa Família



Senador conta que ato de lançamento foi o mais comovente de que participou

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apontou que o Brasil sem Miséria aumenta de três para cinco o limite do número de crianças e adolescentes com até 15 anos que recebem o Bolsa Família. Com essa e outras inovações, 1,3 milhão de pessoas serão incluídas no programa, que hoje atende a 15,7 milhões.

Um dos eixos fundamentais do programa, assinalou, será

a busca ativa, pelo Estado, de pessoas em condição de pobreza absoluta.

– Foi um dos atos mais comoventes a que assisti, até hoje, no Palácio do Planalto, pelo grande número de pessoas, mas, sobretudo, pelo conteúdo do que foi anunciado pela presidenta Dilma Rousseff e pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello – disse.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão sem votações

9h A sessão plenária é não deliberativa, destinada a discursos. Os primeiros inscritos são Gleisi Hoffmann, Roberto Requião e Cristovam Buarque.

### CRA Comercialização de arroz e trigo

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vai avaliar a comercialização do arroz e do trigo com os presidentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, Elton Weber; e da Comissão do Arroz da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, Francisco Schardong; e com o gerente técnico e econômico do Sistema Cooperativista do Paraná, Flávio Turra.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## Para Gleisi, estratégia da oposição foi lamentável

“Foi um resultado lamentável”, afirmou ontem a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ao comentar a sessão deliberativa de quarta-feira, em que duas medidas provisórias perderam a validade depois que a oposição recorreu à estratégia de alongar a discussão. À meia-noite, a sessão foi encerrada sem a votação das medidas, que tratavam da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MP 520/10, alterada pelo PLV 14/11) e do aumento no valor da bolsa paga aos médicos-residentes (MP 521/10, ou PLV 15/11).

– Quería manifestar a minha tristeza pela forma da discussão de ontem, pela histeria que presenciamos neste Plenário de senadores com história, com nome, jogando o Regimento [Interno do Senado], pulando, agredindo. Isso não é demonstração que esta casa tem que dar. Esta Casa é o Senado, a Câmara Alta – advertiu.

Gleisi disse que a base governista não se pronunciou durante a discussão das MPs, para que houvesse tempo para a aprovação.



Gleisi: Marta Suplicy conduziu sessão com firmeza e foi desrespeitada

– Ouvi desta tribuna muitas provocações de que nós, os governistas, não defendíamos as medidas provisórias. Nós estávamos defendendo era a aprovação da matéria que mexia com a vida das pessoas. Abrimos mão de falar, de fazer o debate na política para garantir que elas fossem aprovadas – explicou.

Para a senadora, o episódio mostrou falta de responsabilidade da oposição. Ela garantiu aos médicos-residentes e a servidores dos hospitais universitários, que serão atingidos pela perda de validade das MPs, que estudará com o Executivo uma solução para o problema.

### Machismo

Gleisi elogiou a condução da sessão pela vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), que comandou os trabalhos na quarta-feira. Para Gleisi, Marta respeitou o Regimento Interno e conduziu a sessão com firmeza, mas foi vítima de machismo.

– Em muitos momentos, ela foi desrespeitada. Vimos aqui deboches, galhofas, gracinhas. Aliás, não é a primeira vez. Há senador aqui que, dia após dia, usa a mesma estratégia. Será que é porque uma mulher está na direção da Casa que se faz isso? – perguntou.

A senadora chamou a atenção para o excesso de tempo utilizado pela Câmara dos Deputados na análise de MPs.

– Não é possível que a Câmara dos Deputados fique a maior parte do tempo discutindo essas medidas e que reste ao Senado Federal tão pouco tempo – queixou-se.

## Vanessa afirma que faltou “bom senso e equilíbrio” na sessão

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou ontem o fato de, na noite de quarta, o equilíbrio e o bom senso da sessão, “por alguns minutos”, terem sido abandonados por “determinados parlamentares”, e sugeriu a adoção de procedimentos que evitem a repetição do episódio. A senadora também protestou contra o rito de tramitação das medidas provisórias (MP), que permite à Câmara “gastar quase todo o tempo de prazo” para decidir sobre a matéria.

– Aqui está o exemplo vivo. Recebemos, em um único dia, quatro MPs, todas muito im-

portantes, de extrema relevância para o governo federal, para serviços de saúde, de energia e diversos setores. Mas, infelizmente, ontem tivemos o maior problema de todos, que não foi o desequilíbrio de alguns, foi o tempo que tínhamos, insuficiente para votar, até a meia-noite, três MPs.

Vanessa disse não concordar com a limitação do poder da Presidência da República para editar medidas provisórias, mas defende a busca de um equilíbrio entre a Câmara dos Deputados e o Senado na tramitação dessas matérias. Ela disse que não é possível a Câmara passar três meses debatendo uma MP. Segundo a senadora, nenhum parlamentar da base do governo debateu as MPs, porque todos foram “colaborativos”.

– Colaborativos, não com a oposição, mas com o tempo – assinalou.

### Brasil sem Miséria

Vanessa registrou o lançamento do Brasil sem Miséria. Ela destacou que o governo precisa agir no processo de inclusão social, e, por isso, investirá R\$ 20 bilhões por ano no programa.



Vanessa defende mais tempo para o Senado votar medidas provisórias



Sarney: é preciso votar a divisão de tempo entre Senado e Câmara



Jucá: todos entendem que há prioridade para definir nova regra



Demóstenes: “Vamos levar ao STF tudo o que considerarmos inconstitucional”

# Derrubada de MPs reforça negociação sobre mudança

Perda de validade de duas medidas provisórias, na sessão de quarta-feira, deixa clara a vontade da maioria de garantir mais tempo para análise das propostas pelo Senado

OS SENADORES ESTÃO preocupados com a falta de tempo para examinar as medidas provisórias e com a diversidade de assuntos tratados nos textos que chegam ao Senado. Com isso, ganham força as discussões em torno da proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que altera os prazos de tramitação das MPs no Congresso.

Em protesto pela falta de tempo para analisar MPs, integrantes da oposição e da própria base do governo derrubaram na madrugada de ontem duas MPs, que perderam a validade por não terem sido aprovadas até a meia-noite de quarta.

– Mais do que nunca precisamos votar essa divisão do tempo entre a Câmara e o Senado – afirmou o presidente José Sarney.

### Falta de acordo

Segundo o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), há consenso quanto à mudança no rito de tramitação das MPs, mas falta acordo para aprovação de alguns pontos, em especial quanto à criação de uma comissão permanente para julgar a admissibilidade das medidas.

– Esse é um ponto que falta fechar, mas todos entendem que há prioridade de definir uma nova regra, inclusive isso foi tratado com a presidente Dilma Rousseff no almoço do PMDB, e a presidente deu todo o apoio ao Senado, entendendo que temos razão em mudar a forma como elas estão tramitando – disse o senador.

Apesar da perda de validade das duas MPs esta semana, Jucá disse que a base governista “fez o possível” para aprovar as medidas antes do prazo final. Segundo ele, as “MPs vão continuar caindo se chegarem, novamente, no prazo de dois, três dias para o seu vencimento”.

### Oposição jurídica

O líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), disse que a votação serviu como um protesto para que o Senado tenha mais tempo para examinar as propostas. Segundo ele, houve uma tentativa da base governista de passar por cima do Regimento Interno para garantir a votação das MPs.

– Nós somos poderes harmônicos. Vamos fazer, a partir de agora, uma oposição jurídica. Vamos levar ao Supremo Tri-

bunal Federal tudo que entendemos que é inconstitucional – disse o senador.

Para o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), a PEC 11/11 não resolve o principal problema das MPs, que seria a entrada em vigor na data da publicação.

– Mantém-se a prática de afrontar a Constituição, já que a MP vigora a partir da sua edição. O correto seria vigorar apenas depois de aprovada sua admissibilidade, ou seja, depois de o Congresso assinar a constitucionalidade da MP – argumentou.

Por ter recebido emendas, a PEC – que estipula novas regras para a tramitação das MPs e garante tempo para a análise dos senadores – deverá voltar a ser discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo Jucá, ainda não há acordo para votação.

## Jucá admite que as duas medidas podem ser reeditadas

As duas medidas provisórias que perdaram validade (520/10 e 521/10) poderão ser reeditadas pelo governo, afirmou ontem o líder Romero Jucá.

– Em tese, como são medidas do ano passado, com pequena modificação podem ser reeditadas – observou.

A primeira MP criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), para administrar hospitais universitários, unidades hospitalares

e a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar no SUS.

A segunda aumentava o valor da bolsa paga ao médico-residente e instituiu regime diferenciado de contratações públicas, além de prorrogar o prazo de pagamento da gratificação de representação de gabinete e da gratificação temporária para servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

## Governistas vão endurecer contra a oposição, diz Humberto Costa

A base governista deve adotar postura mais dura na relação com a oposição, disse o líder do PT, Humberto Costa (PE). De acordo com o senador, o resultado da votação na quarta-feira – quando a oposição conseguiu derrubar duas medidas provisórias prolongando o debate até depois da meia-noite, para que sua vigência expirasse – prova que os senadores da oposição não cumpriram o acordo feito.

– Paz é paz, guerra é guerra. Segundo ele, havia sido acertado na terça-feira que os senadores esperariam mais um dia

para analisar três MPs, como pedia a oposição, mas com a garantia de concluir a votação no dia seguinte, como queriam os governistas. No entanto, apenas uma das MPs, a 517/10, foi aprovada a tempo.

– Nós não fomos derrotados pela oposição, fomos derrotados pelo tempo. Com esse comportamento a oposição protestava contra o prazo exíguo das MPs no Senado. Mas isso não era culpa da base governista e nem do governo. Eles quebraram o acordo e desrespeitaram a presidência da senadora Marta



Para Humberto, oposição quebrou acordo e rasgou o Regimento Interno

Suplicy, que estava conduzindo propriamente os trabalhos. Rasgaram o Regimento Interno e gritaram – explicou.

Senador afirma que as medidas implementadas devido a mudança desfavorável na conjuntura mundial já estão fazendo a inflação voltar para a meta estipulada

## Delcídio Amaral pede apoio para Dilma fazer bom governo

DELÍDIO DO AMARAL (PT-MS) manifestou seu apoio ao governo da presidente Dilma Rousseff, especialmente com relação à crise gerada pela insatisfação de políticos da base aliada com as medidas de contenção de gastos para conter a alta da inflação. O senador pediu a colaboração dos parlamentares para que Dilma consiga realizar um bom governo, como tem sido feito, em sua opinião, nestes primeiros cinco meses de mandato.

– Eu acho que nós temos que ter, acima de tudo, responsabilidade, especialmente com relação a um governo que promete muito e que, sem dúvida nenhuma, vai fazer muito pelo nosso país – afirmou.

Na avaliação de Delcídio, as medidas para economizar recursos foram implementadas por Dilma devido a uma mudança desfavorável na conjuntura mundial. Os resultados positivos de tais ações, segundo ele, já podem ser percebidos, com a queda dos preços dos combustí-



Delcídio: governo da presidente Dilma Rousseff "vai fazer muito pelo país"

veis e a valorização do câmbio, que estão fazendo a inflação retornar para a meta estipulada pelo governo.

Quanto à reivindicação de cargos em estatais – também motivo de descontentamento de aliados –, Delcídio defendeu a postura de Dilma de indicar "pessoas com reconhecida experiência nas respectivas áreas".

Com relação às cobranças da oposição para esclarecimen-

tos das denúncias envolvendo Antonio Palocci, Delcídio considerou-as injustas, já que o ministro estaria prestando todas as informações requeridas pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

O senador criticou ainda a tentativa de associação de uma imagem de fragilidade a Dilma, devido à derrota sofrida pelo governo na votação, pela Câmara, do novo Código Florestal.

## Simon propõe que ministro Palocci se afaste da Casa Civil

Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu ontem que o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, se afaste do cargo para permitir uma investigação sobre o aumento de seu patrimônio em 20 vezes, entre 2006 e 2010, período em que foi deputado federal.

O senador propôs que a Câmara, que convocou o ministro para uma audiência na Comissão de Agricultura, aguarde a decisão do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, sobre pedido de investigação feito por partidos de oposição.

Simon lembrou a Palocci que "segmentos do PT" sugerem a sua saída e disse que o ministro deveria deixar o cargo antes que

seja criada uma CPI para investigar sua situação financeira.

– Está ficando feio para o PMDB e para o PT impedir que seja criada a CPI – avaliou.

O senador pediu que Palocci leve em consideração "a situação delicada" da presidente Dilma Rousseff de defendê-lo diante da pressão cada vez maior da imprensa. E afirmou que a vinda do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Brasília para aconselhá-la sobre a situação de Palocci foi "um deslize que expôs a presidente, como se tivesse se criado um vazio político".

Simon acredita que Palocci não tenha cometido nenhum ilícito, mas acha que ele deve se afastar



"Está ficando feio para o PMDB e o PT impedir criação de CPI", diz o senador

da função para dar satisfações à sociedade.

– Ele não faria o ridículo de registrar um apartamento de seis vírgula tantos milhões no seu nome às vésperas de assumir a chefia da Casa Civil – afirmou.

## Paim defende incentivos à indústria têxtil nacional



Paim: linhas de crédito

Paulo Paim (PT-RS) destacou o papel do setor têxtil na economia, que emprega 1,75 milhão de pessoas em cerca de 30 mil empresas. Só no Rio Grande do Sul, informou, são 9 mil empresas e 32 mil empregos.

Paim informou que recebeu o convite de deputados, senadores, empresários e trabalhadores para participar de uma frente parlamentar em defesa do setor têxtil. O senador destacou que a Câmara realizou uma audiência pública na quarta-feira para debater temas de interesse do setor.

Segundo Paim, os empresários cobram uma reforma tributária urgente e linhas de crédito especiais no BNDES. O setor também quer melhor estrutura para desembarço de produtos têxteis em portos e aeroportos. Se houvesse mais incentivo às exportações, assegurou, o setor poderia criar mais 250 mil empregos.

## Embargo a frigoríficos preocupa Ana Amélia



Ana Amélia: 27 são do RS

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que o recente embargo anunciado pela Rússia a 85 frigoríficos brasileiros vai prejudicar os produtores de diversos estados, principalmente do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Paraná. Dos frigoríficos atingidos, 27 são do seu estado.

De acordo com a senadora, a Rússia alega desconfiar da qualidade do controle sanitário brasileiro.

– Segundo o comunicado russo, da forma como está estabelecido o controle sanitário no Brasil, são poucas as amostras de carne submetidas a teste, não garantindo, seguindo a visão russa, a qualidade de toda a produção – explicou.

A senadora também disse que o Brasil é o maior exportador de carne para a Rússia, que, por sua vez, é a maior compradora da carne brasileira.

## Benedito quer rever indexador das dívidas dos estados

O senador Benedito de Lira (PP-AL) fez um apelo ao governo para que a dívida dos estados com a União seja revista. De acordo com o parlamentar, a renegociação realizada em 1997, com o reajuste do saldo devedor com base no indicador da inflação IGP-DI, tornou a dívida impagável, especialmente para estados menos desenvolvidos, como Alagoas.

O parlamentar lembrou que em 1997 a União absorveu dívidas dos estados no valor de R\$ 100 bilhões, para sanear a dívida pública nacional. O pagamento pelos estados deveria ser feito em 30 anos, com juros calculados pelo IGP-DI, mais 6% ao ano, embora essa taxa chegue a 9% em alguns casos. Os pagamentos mensais foram limitados a 13% ou 15% da receita líquida dos estados.

Benedito de Lira recordou que os estados deveriam



Reajuste com base no IGP-DI tornou dívida impagável, segundo o senador

amortizar pelo menos 20% de suas dívidas em três anos. Caso contrário, os juros contratados seriam elevados. A maioria dos estados, assinalou, privatizou seus bancos e empresas de energia elétrica para manter a taxa de 6%, com exceção de Alagoas, Minas Gerais e Pará.

## Renan vê risco de Senado ficar "atrofiado" por causa de MPs

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), disse que a atual forma de tramitação de medidas provisórias (MPs) no Congresso Nacional gera um "clima de desgaste", como ocorreu na noite de quarta-feira no Plenário (veja pág. 3). Para o parlamentar, o Senado corre o risco de "ficar atrofiado, se ficar votando MP de última hora".

– Essa situação rebaixa os senadores a meros despachantes de MPs – lamentou.

O senador relatou que o novo rito das MPs, previsto na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 11/11, foi tratado em reunião do PMDB com o vice-presidente da República, Michel Temer.

Renan disse respeitar o senador Pedro Simon (PMDB-RS), mas discordou do pedido (veja texto à esquerda) de afasta-



Para Renan, regras atuais rebaixam senadores a "meros despachantes"

mento do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. Segundo Renan, o ministro é importante no governo para as relações políticas entre os poderes.

– O PMDB não vai participar de nenhuma conspiração para expor o governo ou o ministro Palocci – concluiu.

## Marinor questiona decisão do Senado de alugar nova frota

Marinor Brito (PSOL-PA) questionou, ontem, o 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), a respeito dos estudos que embasaram a sugestão de terceirização da frota de automóveis dos senadores. A parlamentar disse desconhecer os documentos e pediu que sejam apresentados.

De acordo com o Boletim Administrativo de Pessoal (BAP), estudos indicam que, "com a locação de veículos para o atendimento aos senadores, a alternativa apresenta uma redução da ordem de R\$ 6 milhões no ano".

Marinor quer saber em que fontes Cícero Lucena se baseou para chegar a esse valor; que empresas foram consultadas para efetivar a terceirização; se essas empresas têm vinculação com senadores; e, principalmente, qual o destino



Senadora alerta para situação dos servidores do setor de transportes

dos trabalhadores do setor. Na opinião da senadora, a Casa deveria evitar esse "vexame".

– Estou solidária também aos trabalhadores do transporte, que não querem perder seus empregos e deixar suas famílias passando dificuldade – disse a parlamentar.

## RAUPP DESTACA PAPEL DO CAFÉ NA ECONOMIA



Valdir Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou o Dia do Café, comemorado em 24 de abril, destacando importância da produção para a economia. Ele registrou que Rondônia é o sexto maior produtor do país e o segundo da região Norte.

– O produto tem grande importância econômica, cultural e social para o país – afirmou o senador, assinalando que o cafezinho é “uma instituição nacional”.

Raupp lamentou o fato de que o Brasil é um dos maiores importadores do produto beneficiado, embora seja o maior produtor mundial de café.

## AMORIM PREOCUPADO COM ANALFABETISMO NO PAÍS



Eduardo Amorim

Eduardo Amorim (PSC-PE) disse ontem que um grande número de jovens e adultos ou não teve acesso ou abandonou a escola no ensino fundamental. Segundo ele, por isso, hoje o número de analfabetos no país é enorme.

O senador citou dados do IBGE mostrando que 57,7 milhões de brasileiros com mais de 18 anos não frequentaram a escola ou não têm ensino fundamental completo. Amorim disse que a quantidade de escolas que oferecem educação de jovens e adultos caiu de 42.753 em 2007 para 39.641 em 2010.

## ANA RITA EXALTA PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Ana Rita (PT-ES) destacou o lançamento do programa Brasil sem Miséria, que classificou como um plano “ambicioso e magnífico”, que fará diferença na vida do povo. A senadora relacionou as metas do programa, destinado a tirar 16,2 milhões de pessoas da extrema pobreza, e previu uma ampliação do sucesso dos programas sociais do governo Lula.

– A pessoa em extrema pobreza está destituída de sua cidadania. O plano, com certeza, ajudará a resgatar o orgulho de serem brasileiros e a abrir as portas do mercado de trabalho – afirmou.

Muitos idosos deixam de denunciar a violência a que são submetidos por ficarem com medo ou constrangidos, especialmente quando os agressores são parentes, justifica o autor da proposta, deputado Sebastião Bala Rocha

# Serviços de saúde públicos e privados terão de notificar violência contra idoso

OS CASOS DE suspeita ou a confirmação de violência contra idosos deverão ser notificados compulsoriamente pelos serviços de saúde públicos e privados. A denúncia deverá ser feita à autoridade sanitária e comunicada também à autoridade policial, ao Minis-



Para Paulo Davim, a covardia da agressão exige punição enérgica

tério Público e aos conselhos Municipal, Estadual e Nacional do Idoso. A medida está em projeto da Câmara (PLC 298/09) que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou, ontem, em caráter terminativo.

De acordo com a proposta, que altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), violência contra o idoso é qualquer ação ou omissão que cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico, seja ela praticada em local público ou privado.

O relator, senador Paulo Davim (PV-RN), lembra que o Estatuto do Idoso já obriga os profissionais de saúde a fazerem esse tipo de denúncia e observa que o projeto estende essa obrigação aos serviços públicos e privados de saúde. Em sua avaliação, a proposta favorece o fim da impunidade de agressores contra idosos.

“Essa modalidade de agressão costuma ser especialmente covarde e merecedora de enérgica reprovação social e legal, especialmente quando os autores dessa violência se favorecem de superioridade física ou da relação de dependência econômica ou afetiva que mantêm contra os agredidos”, avalia.

O senador acredita que a notificação compulsória permitirá a devida punição dos culpados e favorecerá a elaboração de políticas públicas voltadas para a prevenção e a repressão da violência contra os idosos.

Para o autor, deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), muitos idosos deixam de denunciar as violências que sofrem, ou por estarem fragilizados e assustados ou por sentirem constrangimento em denunciar os autores, principalmente quando estes são seus próprios parentes.



Ana Rita, relatora do projeto: proibição já está prevista na CLT

## Proibição de revista íntima em mulheres

A revista íntima em funcionárias de órgãos públicos e entidades da administração pública direta e indireta, e em clientes do sexo feminino de empresas privadas, poderá ser proibida, segundo projeto de lei aprovado ontem pela CDH.

A empresa ou órgão público que descumprir a determinação, segundo prevê a proposta (PLC 2/11), receberá multa de R\$ 20 mil ou, em caso de reincidência, de R\$ 40 mil. Esses valores serão destinados a órgãos de proteção aos direitos da mulher. A vítima ainda poderá pedir indenização por danos morais e materiais, bem como outras sanções de ordem penal, conforme determina o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Porém, quando se fizer necessária, a revista a funcionários e clientes nas empresas ou em prisões e ambientes de investigação policial deverá ser feita por funcionárias do sexo feminino. A relatora, Ana Rita (PT-ES), lembrou que a prática de revista íntima em mulheres já é proibida pela CLT.

## Medicamento a preço de custo para aposentado

As farmácias poderão ser autorizadas a vender medicamentos pelo preço de custo a aposentados, conforme projeto (PLS 181/10) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Para ter direito ao benefício, o aposentado da Previdência deverá ser portador de doença crônica que exige medicação contínua e usuário do SUS. Conforme a proposta, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a operação garantirá às farmácias redução da carga tributária. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

## Assento em transportes para obeso mórbido

Pessoas com obesidade mórbida podem passar a contar com atendimento prioritário em repartições e empresas concessionárias de serviços públicos, inclusive com assentos preferenciais em todas as modalidades de transporte de passageiros. Projeto aprovado ontem pela CDH inclui o grupo entre os que já contam com esse tipo de proteção: pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo. O PLS 578/09 recebeu decisão terminativa e deve seguir diretamente para a Câmara.

## Oportunidades iguais para mulheres no meio rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem a realização de audiência pública sobre projeto que garante à mulher iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no meio rural.

Segundo a autora do requ-

erimento para a audiência, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a discussão é necessária, pois, embora já estejam ocupando os mesmos postos de trabalho antes destinados somente a homens, as mulheres ainda ganham, para desempenhar as mesmas atividades, cerca de 30% a menos que eles.

– Infelizmente, essa remuneração não corresponde ao grau de trabalho e esforço que essas mulheres desempenham. É preciso fazer uma reflexão produtiva sobre essa realidade da sociedade brasileira, para que possamos mudar as relações de trabalho, tanto na área rural como nas cidades – afirmou.

## Demanda alimentar opõe formas de produção e preservação

Entre o desafio de aumentar a produção agrícola do Brasil e a necessidade de preservação do meio ambiente, as opiniões se dividiram no debate “Alimento: como produzir para atender às necessidades”, promovido ontem pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, vinculada à Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Silvio Porto, diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), alertou para a insegurança alimentar no mundo, argumentando que a demanda por alimentos aumentou e a subnutrição “passa novamente a ser uma das grandes preocupações”. No caso brasilei-

ro, Porto acredita que se deva repensar a matriz energética, que leva a irracionalidade da produção e do consumo, e pediu mais verbas para a Embrapa desenvolver e manter projetos para a agricultura familiar.

– Milhões de hectares com duas ou três variedades idênticas não é um modelo que dialogue com a questão ambiental – disse.

Werner Fuchs, conselheiro da sociedade civil no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), defendeu a agricultura ecológica e ressaltou a necessidade da autossustentabilidade, não somente nacional, mas também em âmbito de produção e consumo locais. Segundo Fuchs, as



Werner Fuchs (E), Sílvio Porto, Cristovam Buarque, André Nassar e Milton Rondó Filho: desafios da produção autossustentável

grandes corporações quebram as cadeias de produção, o que onera desnecessariamente o transporte de produtos.

Por sua vez, André Nassar, diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), apesar de ser contra a agricultura extrativista e o desmatamento, denunciou a “visão maniqueísta” contra o agronegócio, que considera um caminho errado

que vem ganhando força na burocracia brasileira. Além disso, mostrou-se cético quanto à ação do Estado para garantir a segurança alimentar e quanto à eficácia do uso de estoques reguladores para combater a volatilidade dos preços.

– O modelo [da agricultura no Brasil] não está falido. O modelo está melhorando. É claro que há problemas, mas o modelo é bom – declarou.

O ministro Milton Rondó Filho, coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, do Itamaraty, declarou que o problema da fome não é de produção, mas da garantia de acesso do alimento a 1 bilhão de pessoas. Rondó celebrou a mudança de paradigma do Brasil, que hoje estaria priorizando o mercado interno depois de 500 anos de um modelo exportador.

Aprovado na Comissão de Relações Exteriores, nome de Paulo Alberto Soares segue para análise do Plenário. Foi acolhida ainda indicação da embaixadora na Suécia, Leda Lucia Camargo, para exercer cumulativamente o cargo na Letônia

## Indicado a embaixador na Indonésia quer cooperação em biocombustíveis

A COOPERAÇÃO BILATERAL na área de energias renováveis deverá ser a prioridade da atuação de Paulo Alberto da Silveira Soares, cuja indicação para o posto de embaixador na Indonésia foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Também foi acolhida a indicação da atual embaixadora na Suécia, Leda Lucia Martins Camargo, para exercer, cumulativamente, o cargo na Letônia.

Paulo Soares disse que a Indonésia retomou um ritmo forte de expansão econômica depois da crise internacional e deve alcançar crescimento de até 7% em 2011. Tem recursos naturais como carvão, petróleo e gás, e plantações de palma e cana-de-açúcar, que podem ser usada na produção de biocombustíveis.

A Indonésia integra a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), da qual o Brasil é observador. Respondendo a Ana Amélia (PP-RS), o embaixador considerou possível, embora não em curto prazo, a celebração de um acordo de livre comércio entre a Asean e o Mercosul. Reuniões de chanceleres dos blocos já foram realizadas, em 2008 e 2009, ressaltou.

Por outro lado, Soares disse a Cristovam Buarque (PDT-DF) que a Indonésia pode ser a próxima integrante do grupo dos Brics, atualmente composto por Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul.

A relação com o Timor Leste, que viveu um longo período de



Economia indonésia deve crescer até 7% este ano, prevê Paulo Alberto Soares durante sabatina na CRE, presidida por Collor (D)

ocupação por tropas indonésias, foi tema de preocupação de Ana Amélia e do presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL). Na opinião do indicado, as relações entre os dois países são "delicadas, mas respeitadas". Ao responder a Luiz Henrique (PMDB-SC), preocupado com o efeito de acidentes naturais sobre a economia, ele informou que os investimentos externos continuam crescendo.

Blairo Maggi (PR-MT) pediu atenção especial de Soares para a abertura do mercado da Indonésia à exportação de algodão brasileiro e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) quis saber se o radicalismo islâmico representaria ameaça à estabilidade política do país. O indicado disse não ver uma "frontal ameaça política" naquele país, onde existe, a seu ver, um islamismo "soft".



## Vão a Plenário dois acordos internacionais ratificados na CRE

A CRE ratificou dois acordos internacionais realizados pelo governo. Por meio de projeto de decreto legislativo (PDS 629/10), foi aprovado o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul em matéria de cooperação e assistência frente

a emergências ambientais. Já o PDS 125/11, cujo relator foi o senador Cyro Miranda (PSDB-GO), refere-se ao Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas firmado pelo Brasil e pela Holanda. Os dois projetos serão agora examinados pelo Plenário.

## Senadores elogiam indicação do governo para presidência da Anac

A formação e a experiência de Marcelo Pacheco dos Guarany's o credenciam para o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac),

na opinião dos senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Guarany's, indicado para vaga decorrente do término do mandato de Solange

Paiva Vieira, será sabatinado na próxima quinta-feira.

Formado em Direito e Economia, Guarany's também tem especialização em Direito Eco-

nômico e mestrado em Direito Público. Desde 2001 é analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro. Foi diretor de Regulação Econômica da Anac entre 2007 e 2010 e é assessor da Secretaria para Setores de Infraestrutura da Casa Civil.

– Tenho certeza de que vamos colocar na direção da Anac alguém com capacidade de desenvolver um grande trabalho – disse o relator, Walter Pinheiro (PT-BA). Os senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB), Blairo Maggi (PR-MT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Cyro Miranda (PSDB-GO) também manifestaram apoio a Guarany's.



Presidente da CI, Lúcia Vânia conduz reunião sobre proposta do Executivo para a presidência da Anac

## Quatro comissões debatem regras para TV fechada

Uma audiência pública conjunta de comissões do Senado Federal vai analisar, no dia 21, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 116/10, que regulamenta o mercado de TV por assinatura. O anúncio foi feito ontem pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O debate deverá reunir senadores das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O PLC 116/10 regulamenta a participação das empresas de telefonia no mercado de TV por assinatura e fixa cotas de conteúdo nacional na programação das emissoras.

## Mozarildo exalta 20 anos do TJ de Roraima

Os 20 anos do Tribunal de Justiça de Roraima foram comemorados ontem por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O tribunal, instalado em 25 de abril de 1991, cumpriu as dez metas de qualidade estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destacou o senador. Na meta 2, o TJ de Roraima obteve a primeira colocação no país, com índice de 99%.

– É um tribunal jovem, mas que tem se modernizado e se destacado na avaliação do Conselho Nacional de Justiça – disse Mozarildo, destacando também o nível de informatização dos serviços.

Mozarildo informou que o tribunal tem 211 servidores, 7 desembargadores e 40 juizes de Direito, média de um para cada 400 mil habitantes.



Mozarildo destaca metas do CNJ cumpridas pelo tribunal de Justiça

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro\*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Roberto Requião • Wilson Santiago • Mozarildo Cavalcanti • Ana Amélia • Paulo Paim • Vicentinho Alves

\*Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes,

Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Comissão da Defesa Civil vai a Florianópolis



Casildo Maldaner

Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou viagem que a Comissão Especial de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil fará hoje a Florianópolis, a primeira de uma série (eles também visitarão Rio de Janeiro, Manaus, Campo Grande e Recife).

A intenção das viagens é conhecer mais profundamente as realidades regionais e as demandas específicas da Defesa Civil de cada estado. Os dados coletados a partir das audiências públicas auxiliarão a comissão a elaborar anteprojeto para criar uma nova legislação para a Defesa Civil do Brasil.

## Geovani: faltam obras para concluir ponte



Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu investimentos no Amapá que viabilizem o desenvolvimento, a partir da inauguração da ponte sobre o rio Oiapoque, que ligará o estado à Guiana Francesa. A ponte, informou, já está pronta e será inaugurada ainda este ano pela presidente Dilma Rousseff. O senador afirmou que, em território guiano, tudo parece pronto para a inauguração da ponte, mas do lado brasileiro, em Oiapoque – cidade de 21 mil habitantes a 550 km de Macapá –, “o que se vê é só mato e lama”.

## Vicentinho Alves quer investimento em hidrovias



Vicentinho Alves

Vicentinho Alves (PR-TO) chamou a atenção para a importância do transporte fluvial no escoamento de cargas. O Brasil possui 29 mil quilômetros de rios navegáveis, sendo que apenas 13 mil são utilizados, disse. Para aproveitar esse potencial, sublinhou a necessidade de construir eclusas nas hidrelétricas.

– A hidrovia, além de ser o meio [de transporte] mais barato para se escoar a carga, entre os modais rodovia, ferrovia e hidrovia, é o que menos polui o meio ambiente, se for usado de forma adequada – declarou.

Proposta vai tramitar em três comissões no Senado – CCJ, CRA e CMA –, mas as duas últimas estão se articulando para fazer debates e elaborar o parecer conjuntamente

# Reforma do Código Florestal terá relatório em 120 dias

O RELATÓRIO SOBRE o projeto de lei que altera o Código Florestal (PLC 30/11) deverá estar pronto para votação em Plenário em um prazo de 90 a 120 dias, no máximo. A informação foi dada ontem pelo presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

Na reunião da comissão ontem, Gurgacz também confirmou o nome do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) para relator na CRA – ele também vai relatar a matéria na CCJ. Jorge Viana (PT-AC) será o relator na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fis-

calização e Controle (CMA), segundo informou o presidente do colegiado, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

A CRA e a CMA, segundo Gurgacz, trabalharão em conjunto na elaboração de um único relatório e também na realização de todos os debates. Para o senador, a união das duas comissões na análise do projeto é um recado à sociedade.

– Entendemos que não há divergências entre produtores rurais e ambientalistas – assinalou.

Sobre a não inclusão da CCJ nesses trabalhos conjuntos, Gurgacz explicou que o parecer

daquela comissão só tratará da parte constitucional da proposta, não devendo fazer mudanças no conteúdo, como poderão fazer as outras duas comissões. De todo modo, o parlamentar lembra que o fato de o senador Luiz Henrique ser o relator tanto na CCJ como na CRA facilitará o acordo.

O presidente da CRA informou ainda que, na próxima terça, se reunirá com o Rodrigo Rollemberg para elaborar um calendário de debates e reuniões. O primeiro já está agendado para a quinta-feira, às 11h, com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.



Acir Gurgacz, presidente da CRA: união das comissões mostra que não há divergências entre produtores e ambientalistas

## CRA debaterá biodiesel e política para fertilizantes

A política da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para os fertilizantes usados na agricultura e explicações sobre os impasses para a liberação de substâncias utilizadas na composição desses produtos serão discutidas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Para o senador Eduardo Amorim (PSC-SE), que propôs a audiência pública, o debate é necessário, já que o Brasil, segundo maior produtor de alimentos do mundo, importa 50% de todo o fertilizante utilizado na agricultura.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) propôs discutir a situação por que passam os pequenos e médios produtores de biodiesel, que, a seu ver, estão deixando de ser competitivos por falta de incentivos.

## Violência no campo motiva audiência na CDH

Preocupado com assassinatos de lideranças camponesas no Pará, Amazonas, Rondônia e Acre, Paulo Paim (PT-RS) propôs que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debata medidas adotadas pelo governo para combater a violência no campo. A CDH decidiu discutir as diretrizes da educação ambiental no Plano Nacional de Educação.

A Política Nacional sobre Drogas será tema de outra audiência pública, sugerida pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA), com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Outros assuntos a serem debatidos são a condição de saúde de ex-funcionários da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) intoxicados pelo pesticida DDT e a regulamentação da capoeira no Brasil.

## “Dilma tem compromisso contra desmatamento”

“Eu não sou uma fundamentalista do meio ambiente. Mas o Brasil tem compromissos internacionais e eu tenho compromisso com o não desmatamento.” De acordo com o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), essa afirmação foi feita pela presidente Dilma Rousseff no almoço em que

ela reuniu senadores do PMDB para discutir, entre outros assuntos, a votação do projeto de reforma do Código Florestal.

Presidente da CCJ, Eunício confirmou que Luiz Henrique (PMDB-SC) relatará o texto na CCJ e na CRA. Na CMA, o relator será Jorge Viana (PT-AC). Na

opinião de Eunício, os entendimentos em curso no Senado favorecem o consenso e a votação rápida.

– Sinceramente, esse código já está bastante debatido. Há seis a oito pontos que ainda podem ser discutidos. Primeiro, não pode ter anistia para desmatador. Pode dar um prazo para a recomposição da mata, mas a punição tem que ser pecuniária e penal. Refazer o bioma é a forma de reabilitar o meio ambiente, mas isso, só, não elimina a punição do desmatador.

Lembrando que é proprietário de uma reserva particular do patrimônio natural (RPPN) e fiel depositário de animais protegidos pelo Ibama, o senador afirmou que sua posição contrária ao desmatamento e à anistia não se choca com sua confiança na votação do projeto.



Luiz Henrique será o relator do projeto em duas comissões: CCJ e CRA



Jorge Viana fará a análise inicial do projeto de Código Florestal na CMA



Lindbergh Farias diz que proposta incentiva derrubada irregular

## Para Lindbergh, versão da Câmara é retrocesso

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que o novo Código Florestal aprovado pela Câmara representa um retrocesso na legislação ambiental. Segundo ele, não há equilíbrio entre produção agrícola e preservação. O projeto, disse, consolida desmatamentos antigos e incentiva novos ao permitir que derrubadas irregulares sejam compensadas em outras regiões ou recuperadas em 20 anos.

– Um desmatamento irregular feito em área de reserva legal poderá ser compensado em outra região ou recuperado em 20 anos com o uso de espécies exóticas em até 50% da área – lamentou.

Para ele, o projeto também abre espaço para uma anistia eterna aos produtores rurais que desmataram, tendo em vista que o prazo de um ano para recuperação das áreas poderá ser prorrogado.



Senador afirma que expôs sua opinião à presidente Dilma Rousseff

## Waldemir Moka diz que código não anistia

O texto do Código Florestal aprovado pela Câmara em nenhum momento estimula o desmatamento ou a anistia ao produtor rural que desmatou após junho de 2008, como vem sendo difundido. A opinião é do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), que disse ter tido a oportunidade de expor seu ponto de vista a Dilma Rousseff no último dia 1º, durante almoço da banca da do PMDB com a presidente da República.

O senador ressaltou que o texto da Câmara não anistia os produtores rurais, como tem sido divulgado, determinando que o produtor rural que desmatou até 2008 terá de entrar em um programa de regularização fundiária e somente após a recuperação das áreas degradadas é que serão suspensas as multas pelo desmate.



Cristovam Buarque (E, de pé) propôs um dos vários projetos que beneficiam pessoas com deficiência aprovados pela CDH

J. Freitas/Senado Federal

# Inclusão de adolescente de rua no Projovem segue para a Câmara

Projeto aprovado ontem na CDH em decisão terminativa é voltado à modalidade de serviço socioeducativo para a faixa etária de 15 a 17 anos

PROJETO QUE INCLUI os moradores de rua de 15 a 17 anos entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta (PLS 241/08), do então senador Expedito Júnior, segue agora para a Câmara. O Projovem visa à reintegração de jovens no processo educacional e sua qualificação profissional. O PLS 241/08 refere-se a uma das modalidades do programa: o Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), substituiu a expressão “situação de morador de rua”, do texto original, por “situação de rua”, argumen-

tando que a população de rua está longe de ser homogênea: há os que voltam para casa ocasionalmente ou todos os dias, os que vivem nas ruas com suas famílias e os que vivem sós. “Mas todos eles são igualmente invisíveis nas políticas públicas nacionais”, diz o senador.

A CDH aprovou também o PLS 7/11, de Demóstenes Torres (DEM-GO), que substitui, nos trechos do Estatuto da Criança e do Adolescente que definem multas para infrações administrativas, a expressão “salário de referência” por “salário mínimo”. O projeto foi relatado por José Agripino (DEM-RN) e será enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Incentivo ao empreendedorismo entre pessoas com deficiência vai à Câmara

Aprovado ontem pela CDH em decisão de caráter terminativo, vai à Câmara dos Deputados projeto de lei (PLS 105/08) que estabelece como atribuição da administração pública estimular ações empreendedoras e estabelecer linhas de crédito específicas para esse segmento.

A proposta foi apresentada em 2008 pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH.

A relatora da matéria, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), defendeu a aprovação, baseando-se em parecer do ex-

senador Flávio Arns.

O projeto de Paim altera a Lei 7.853/89, que trata do apoio às pessoas com deficiência, para incluir essa nova atribuição.

Na justificativa da proposta, o senador argumenta que “a legislação brasileira busca proteger e incentivar o ingresso no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, mas, até o momento, não comporta fórmulas para incentivar o empreendedorismo entre os componentes desse grupo”.

## Projeto cria centros públicos de convivência

A criação de centros de convivência para pessoas com deficiência deve ser incluída entre as obrigações do poder público, como sugere projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado pela CDH.

Os centros devem atender pessoas com deficiência com 18 anos ou mais, em horário integral diurno, oferecendo vagas em número compatível com a demanda local. Na proposta (PLS 249/09), Cristovam afirma que os centros serão vetores de inclusão e socialização para esse grupo e suas famílias. A proposta vai direto ao exame da Câmara.

## Preferência em ação judicial e administrativa

Causas judiciais e administrativas que tenham pessoas com deficiência como parte ou intervenientes poderão contar com prioridade de tramitação. Esse tratamento diferenciado está previsto em projeto (PLS 216/04) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) aprovado ontem em decisão terminativa da CDH.

O relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), optou por aproveitar o teor do texto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Assim, a concessão do benefício ficará condicionada às causas que tenham vinculação com a deficiência do interessado. A ressalva foi motivada pela necessidade de respeitar o princípio constitucional da isonomia.

## Carro adaptado será exigido em autoescola

Autoescolas com mais de 20 veículos deverão reservar pelo menos um deles para aprendizado de pessoas com deficiência física. É o que prevê projeto de lei da Câmara aprovado ontem pela CDH.

A proposta (PLC 142/08) insere a exigência de adaptação de parte da frota no Código de Trânsito Brasileiro (CTB – Lei 9.503/97), sob a alegação que pessoas com deficiência, embora recebam isenções para compra de veículos, não conseguem obter sua carteira de habilitação por dificuldades no aprendizado.

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) leu o relatório favorável à aprovação.

## Isenção de impostos para cadeira de rodas

A compra de cadeiras de rodas por pessoas com deficiência de locomoção poderá ficar livre da cobrança de IPI, Cofins e PIS-Pasep, conforme projeto aprovado pelos senadores da CDH. A desoneração foi proposta (PLS 130/11) pelo senador Pedro Taques (PDT-MT).

Para o relator, João Pedro (PT-AM), a medida ameniza o custo associado à deficiência locomotora e contribui para o pleno exercício da liberdade e da cidadania dessa parcela da população. Paulo Davim (PV-RN) também assinalou a importância da matéria, que segue para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos.



Adolescente do Acre participa do programa, que busca o retorno dos jovens aos estudos e sua qualificação profissional

Prefeitura Rio Branco

## Mudanças nas regras do Fies e do Pronui

Estudantes com histórico de afastamento do convívio familiar – por exemplo, aqueles que tiverem crescido em algum tipo de instituição – poderão ter preferência nas seleções do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem pela CDH. A proposta terá que passar por exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), na qual receberá decisão terminativa.

Do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposição (PLS 304/10) determina que a preferência seja observada apenas se houver empate na etapa final do processo seletivo. Nesse caso, o candidato com histórico de afastamento do convívio familiar terá precedência sobre os demais.

Para Crivella, o projeto vai incluir, nos programas Fies e Prouni, o amparo àqueles que estão afastados do convívio familiar.

## Subcomissão define agenda de debates

Exploração sexual infantil, analfabetismo e certas modalidades de trabalho doméstico – classificadas como “formas contemporâneas de escravidão” pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) – deverão ser investigadas pela Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, vinculada à CDH.

A inserção dos temas na pauta foi aprovada ontem. Ao defender seu requerimento, Cristovam ressaltou a importância de dar continuidade ao trabalho realizado pelo ex-senador José Nery, que teve a iniciativa de priorizar o combate ao trabalho escravo na comissão.

A atuação de Nery também foi elogiada pelo senador João Pedro (PT-AM). Ana Rita (PT-ES) enquadrou na mesma condição o drama enfrentado pelos trabalhadores que dependem do transporte público.



Jonas Pereira/Senado Federal

Liderado pelos senadores Magno Malta (PR-ES) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), um grupo de manifestantes entregou na quarta-feira ao presidente do Senado, José Sarney, documento com mais de 1 milhão de assinaturas contra o projeto que criminaliza a homofobia (PL 122/10). – Sem dúvida, o Senado levará em consideração uma manifestação tão expressiva, de mais de 1 milhão de

pessoas – disse Sarney. Malta reafirmou o respeito pelos homossexuais, mas criticou o texto do projeto de lei. Segundo o parlamentar, “o anseio grotesco de uma minoria não pode se impor à maioria das famílias brasileiras”. Na saída do encontro com Sarney, Magno Malta disse que a Bancada da Família tem 72 dos 81 senadores e que o projeto “já é um cadáver”.